# PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 011/2026

**PROCESSO**
Nº 046/2026

**CONTRATANTE**
DMAE Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 22.604.896/0001-50

**OBJETO**
REFERE-SE A REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS NAS CAPTAÇÕES E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), PRONTO SOCORRO/HOSPITAL MUNICIPAL, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), ATERRO SANITÁRIO E DEMAIS PONTOS, SOB RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO MG.

**SISTEMA**
Registro de Preços

**VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
R$1.515.263,42 (um milhão quinhentos e quinze mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**
**09 de dezembro de 2026, as 08:30h (horário de Brasília)**

**SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO**
**www.licitanet.com.br**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**
Menor preço global

**MODO DE DISPUTA:**
Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**
**NÃO.**

**DATA DO EDITAL**
17 de novembro de 2026

Sumário

1. DO OBJETO ..... 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS ..... 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO ..... 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ..... 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ..... 7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 8
7. DA FASE DE JULGAMENTO ..... 12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO ..... 15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ..... 17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA ..... 18
11. DOS RECURSOS ..... 18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ..... 19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ..... 21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ..... 22

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 046/2026**

Torna-se público que o DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO/MG, inscrito no CNPJ Nº 22.604.896/0001-50, por meio do seu setor de Licitações, com endereço à Avenida Olegário Maciel, nº 480 – Batuque, através do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 573/2026, realizará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, mediante o sistema de registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 2.621 de 04 de abril de 2023, Decreto Municipal nº 2.501 de 27 de dezembro de 2021, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública do Município de Monte Carmelo/MG, Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023, que regulamenta o sistema de registro de preços no Município, Decreto Municipal nº 2727, de 21 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública municipal e autárquica, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas captações e estações de tratamento de água (ETA), pronto socorro/hospital municipal, estação de tratamento de esgoto (ETE), aterro sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lote, conforme tabela constante do Termo de Referência.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. **Poderão participar deste Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br). (art. 5º, II, do Decreto Municipal nº 2727/2024).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. (art. 13, III, do Decreto Municipal nº 2727/2024).

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. **Não poderão disputar esta licitação:**

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio[1];

[1] Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, “salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio (...)”. No presente caso, a vedação quanto à participação de consórcio de empresas não limitará a competitividade. Ademais, trata-se de ato discricionário da Administração, considerando que “admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto”. (Marçal Justen Filho, (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410). Não obstante, a participação de

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. (Art. 18 do Decreto Municipal nº 2727/2024)

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de

consórcios é recomendável quando o objeto licitado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não traduz o caso em apreço. Além disso, a admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois possibilita a união de concorrentes com potencial para bem disputar entre si, comprometendo, assim, a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame.

habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. No (s) item (s) exclusivo (s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 2621/2023 e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. (art. 18, § 4º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances. (art. 18, § 5º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances. (art. 18, § 6º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu al mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras: (art. 19, I e II, e § 1º, I e II, do Decreto Municipal nº 2727/2024):

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno. (art. 19, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. (art. 13, IV, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso. (art. 13, V, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário de cada item;

5.1.2. Marca

5.1.3. Modelo;

5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, e atender todos os requisitos descritos no termo de referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital. (art. 20 do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública. (art. 18, § 4º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, **vedada outra forma de comunicação. (art. 20, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)**

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro. (art. 21, § 1º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme estabelecido para cada item constante no Termo de Referência - Anexo I.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível. (art. 21, § 3º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto.**

6.11. No caso adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. (art. 22, I, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. (art. 23 do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários. (art. 23, § 1º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.13.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação. (art. 23, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações. (art. 23, § 3º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.13.3. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários. (art. 23, § 4º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores. (art. 23, § 5º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante. (art. 21, § 6º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. (art. 26 do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação. (art. 27 do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento[2];

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. (art. 30 do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.23. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. (art. 30, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes. (art. 30, § 1º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.25. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório. (art. 30, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. (art. 29, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.27. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido por igual período, antes de findo o prazo. art. 29, § 2º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

6.28. A prorrogação de que trata o subitem 6.27 poderá ocorrer nas seguintes situações: (art. 29, § 3º, do Decreto Municipal nº 2727/2024)

[2] Para efeito de comprovação de desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho serão consideradas políticas internas, desde que comprovadamente implementadas, tais como, programas de liderança para mulheres, projetos para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e o preconceito dentro das empresas, inclusive ações educativas, e distribuição equânime de gêneros por níveis hierárquicos conforme art. 47 do Decreto Municipal nº 2621, de 04 de abril de 2023.

6.28.1 por do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

6.28.2 de ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o art. 29 do Decreto Municipal nº 2727/2024.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.1.4. Podendo ainda ser a consulta realizada em quaisquer outros órgãos competentes, novas plataformas e ou novas ferramentas a fim de consolidar tais consultas.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 do Decreto Municipal nº 2.727, de 21 de fevereiro de 2024.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. Contiver vícios insanáveis;

7.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove: (art. 34, parágrafo único, incisos I e II, do Decreto Municipal nº 2.727, de 21 de fevereiro de 2024):

7.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha do termo de referência do edital;

7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.9.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.9.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.9.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.9.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos Art. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo ou consularizado pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital e apresentados na plataforma www.licitanet.com.br.

8.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais (não digitais) quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, ou quando a lei expressamente o exigir.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5.1. Conforme art. 18, § 2º, do Decreto Municipal nº 2.727, de 21 de fevereiro de 2024, é obrigatória a apresentação dessa declaração.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.8. O licitante poderá vistoriar as dependências do DMAE de Monte Carmelo, ou local de execução dos serviços ou entrega dos itens até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições deste edital e grau de dificuldade existente, mediante prévio agendamento de horário junto ao Setor de Licitações do DMAE pelo telefone (034) 3842-2595, localizada na Avenida Olegário Maciel, nº 480 – Batuque - Monte Carmelo– MG.

8.8.1. Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente, como justificativa para se eximirem das

obrigações assumidas em decorrência deste Pregão, e ainda poderão substituir a vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (a não realização de visita ou a não apresentação de declaração de pleno conhecimento, não inabilita ou desclassifica a licitante).

8.8.2. Caso os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração irá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados. Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º, da Lei 14.133/21.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema Licitanet e a habilitação será verificada pelo pregoeiro conforme art. 39, *caput,* e § 1º do Decreto Municipal nº 2.727/2024, salvo os documentos abrangidos pelo HABILITANET.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação. (art. 39, § 6º do Decreto Municipal nº 2.727/2024)

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto Municipal nº 2.727/ 2024, art. 39, § 4º):

8.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 12 da Lei Municipal nº 899, de 13 de outubro de 2010).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19. Nos termos do art. 8º, inciso I, do § 1º, do Decreto Municipal nº 2.727/2024, os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas com o preço ou o maior desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que: (art. 18, § 1º, do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023):

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital conforme art. 18, § 2º, do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços. (art. 17, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023).

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada. (art. 20 do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023).

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva,

na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado. (art. 19 do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023).

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata. (art. 17, III, do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023).

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original. (art. 17, § 2º, do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023).

10.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá, conforme art. 19, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023:

10.5.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.5.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (www.licitanet.com.br), na aba HABILITANET.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Monte Carmelo/MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5,

12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.727/2024,.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública Municipal.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente no site: www.licitanet.com.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. As respostas aos pedidos de impugnação e esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico www.licitanet.com.br.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de Monte Carmelo.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.licitanet.com.br e www.montecarmelo.mg.gov.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência,

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Monte Carmelo, 17 de novembro de 2026.

Maria Carolina Costa Marques
Portaria 573 de 16 de outubro de 2026

**Processo nº**: 046/2026
**Modalidade:** Pregão Eletrônico -Registro de Preços nº: 011/2026
**Edital nº:** 011/2026

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Setor Requisitante:** Estação de Tratamento de Água e Estação de tratamento de Esgoto e Aterro Sanitário.

### INTRODUÇÃO:

O Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, é o responsável por operar, gerir, administrar, manter, conservar, explorar e desenvolver diretamente os serviços públicos de água e esgotos sanitários do município. Tais serviços são regidos por normas, as quais devem ser seguidas para garantir a melhoria da qualidade de vida da população, a saúde pública e a manutenção da qualidade ambiental. Tanto para controle da qualidade da água de abastecimento, quanto do tratamento de efluentes

### 1.OBJETO:

Refere-se a registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas captações e estações de tratamento de água (ETA), pronto socorro/hospital municipal, estação de tratamento de esgoto (ETE), aterro sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Estas análises ora contratadas, visam comprovar e monitorar a qualidade e potabilidade da água tratada e fornecida à população de Monte Carmelo MG pelo DMAE. Sendo o DMAE responsável por este serviço, prezando por sua qualidade e continuidade, atendendo às exigências da Portaria GM/MS n°888, de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde, Resolução CONAMA nº 357 Artigo 15, de 17 março de 2005. Visam ainda comprovar e monitorar o adequado tratamento dos esgotos sanitários, bem como garantir a manutenção da qualidade dos corpos hídricos, do meio ambiente e da saúde pública em conformidade com a Resolução CONAMA nº 357 Artigo 15, de 17 Março de 2005, Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG N°1, Artigo 14, de 05 de Maio de 2008, Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG N°8, Artigo 16, de 21 de Novembro de 2022 e Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG N°8, Capítulo V – Seção I – Artigo 32 § 4°, de 21 de Novembro de 2022.

Atualmente os laboratórios do DMAE, realizam algumas análises, porém não abrange a lista exigida pelas legislações. Além disso, os laboratórios do DMAE não possuem a certificação pelo Inmetro. Desta maneira,

existe a necessidade da contratação de uma empresa terceirizada especializada que possa realizar esse serviço, a fim de que o DMAE esteja plenamente em conformidade com as normativas legais e regulatórias vigentes, garantindo a qualidade da água e do efluente tratado e a preservação do meio ambiente, bem como a saúde pública.

**3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

A modalidade de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços MENOR VALOR GLOBAL, é o que melhor atenderá as necessidades do DMAE, considerando que, atende de maneira abrangente às necessidades do Departamento, oferecendo uma alternativa eficiente, econômica e transparente para a contratação de bens e serviços. A adoção dessa modalidade de licitação, pode trazer benefícios significativos para a administração pública e para a sociedade, otimizando recursos e garantindo a melhor aplicação dos mesmos em conformidade com a Lei de Licitações (Lei 14.133/2021). Divulgação ampla e acessível do Edital de Licitação para garantir a participação de um maior número de concorrentes. Garantia de igualdade de condições a todos os participantes, sem qualquer tipo de favorecimento. Critérios claros e objetivos para a seleção da proposta mais vantajosa, conforme estipulado no edital.

Os parâmetros a serem analisados, bem como o número de amostras e a frequência das análises encontram-se descritos no Tópico 13 – Especificações Técnicas.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

Para que o DMAE possa cumprir suas responsabilidades de forma eficaz, é fundamental que as atividades exigidas para seguir as diretrizes do plano anual de amostragem recebam suporte de um laboratório especializado. Isso assegura a conformidade com as exigências legais. Trata-se de uma modalidade de serviço contínuo, segundo a Lei nº 14.133, que institui as normas gerais de licitação e contratação no âmbito da administração pública. Conforme essa legislação, os serviços contínuos são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade da atividade pública ou cause prejuízos à administração ou ao interesse público. A Lei nº 14.133 estabelece procedimentos específicos para a contratação de serviços contínuos, visando garantir a transparência, a competitividade e a eficiência na administração dos recursos públicos. Esses procedimentos incluem a definição de critérios de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica **(**qualificação técnico-operacional e qualificação técnico-profissional) e econômico-financeira, fornecida (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto licitado, bem como a adoção de instrumentos contratuais que assegurem a execução adequada dos serviços ao longo do tempo. Em resumo, a contratação de serviços contínuos, conforme previsto

na Lei nº 14.133, é uma forma de garantir a prestação ininterrupta de atividades essenciais para o funcionamento da administração pública, observando princípios como a economicidade, a eficiência e a legalidade.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Requer-se que, para participar do processo licitatório a empresa milite no ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, tendo confiabilidade e experiência para a perfeita execução do contrato e atenda a todas as exigências para participação em certame licitatório, inclusive quanto à documentação de habilitação exigidas em edital.

A Licitante deverá apresentar um ou mais atestado (s) de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações: Nome, CNPJ e endereço completo do emitente; Descrição do produto fornecido ou serviço prestado; Nome da empresa que prestou (s) o (s) serviço (s); Data de emissão; Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

5.1. A contratada deve apresentar alvará sanitário; alvará de licença de localização e funcionamento; laudo técnico especificando o tratamento adequado para as amostras analisadas dos parâmetros físico-químicos, radiológicos e bacteriológicos, para que o resultado do tratamento atenda aos parâmetros exigidos na Portaria GM/MS N°888/2021. Tal medida é necessária para o atendimento às exigências do órgão fiscalizador do município “Vigilância em Saúde”, garantir a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e legalidade de funcionamento do laboratório.

5.2. **Habilitação Técnica do Laboratório:** Certificado de acreditação pelo INMETRO de 50% (cinquenta por cento) nos parâmetros analisados, conforme requisitos da NBR ISO/IEC 17025:2017 podendo subcontratar 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total do serviço, na qual deverá ser apresentada também a existência de sistema de gestão da qualidade e acreditação pelo INMETRO e ABNT ISO/IEC 17025:2017.

Comprovação de que possui em seu quadro de pessoal permanente profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela realização das análises devidamente registrado no Conselho de Classe competente: CRQ (Conselho Regional de Química), mediante apresentação da ART válida (Anotação de Responsabilidade Técnica). A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho.

5.3. Todos os insumos (frascos, equipamentos, transportes, conservantes químicos, reagentes, vidrarias e outros) serão de responsabilidade da contratada, visando a redução de custos ao DMAE. As amostras deverão ser

coletadas pela contratada em conformidade com as normas de boas práticas de coleta e preservação das amostras. Justifica-se a coleta de amostras pela contratada, devido a capacidade de atender as normativas regentes, através de pessoal capacitado e disponibilidade de materiais necessários para garantir o manejo correto das amostras, evitando contaminações nas amostras que interfiram na qualidade da água.

5.4. **Metodologia Utilizada: Art. 22 da referida Portaria:** As metodologias analíticas para determinação dos parâmetros previstos neste Anexo deveram atender às normas nacionais ou internacionais mais recentes, tais como:

I -Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater de autoria das instituições American Public Health, Association (APHA), American Water Works Association (AWWA) e Water Environment Federation (WEF);

II - United States Environmental Protection Agency (USEPA);

III -Normas publicadas pela International Standartization Organization (ISO);

IV - Metodologias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

§ 1° o Limite de quantificação (LQ) das metodologias utilizadas deve ser menor ou igual ao valor máximo permitido para cada parâmetro analisado.

§ 2º Os Limites de detecção (LD) e quantificação (LQ) devem ser inseridos no Sisagua.

§ 3° Outras metodologias que não estejam relacionadas nas normas citadas no caput deste artigo podem ser utilizadas desde que sejam devidamente validadas e registradas conforme os requisitos especificados na NBR ISSO/IEC 17025.

**5.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

5.4.1. Cumprir fielmente, além da Lei nº 14.133/2021, os ditames estipulados neste Termo de Referência e Edital.

5.4.2. Efetuar a entrega do objeto com qualidade e eficiência, conforme especificadas neste Termo de Referência, Edital, e de sua proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

5.4.3. Cumprir fielmente este Termo de Referência e Edital, de forma que os serviços relacionados sejam fornecidos com esmero e perfeição.

5.4.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

5.4.5. Manter, durante toda a licitação e contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos neste Termo de Referência e Edital, comunicando qualquer

alteração em especial nas condições do quadro societário e ou outras situações que possam influenciar o cumprimento de eventual contrato.

5.4.6. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

5.4.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Termo de Referência e Edital, cabendo-lhe integralmente a responsabilidade pelo seu cumprimento, independente de fiscalização exercida pela Contratante.

5.4.8. Cumprir e fazer cumprir seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste termo de referência, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenentes.

5.4.9. Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

**5.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

5.5.1. Receber provisória e definitivamente o objeto, conforme especificações, prazos e condições estabelecidas neste TR – Termo de Referência, Edital e proposta comercial.

5.5.2. Acompanhar e fiscalizar, através de servidores designados na Portaria N° 471 de 06 de Setembro de 2024, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativos e qualificativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da empresa.

5.5.3. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas e irregularidades verificadas no serviço aplicado e/ou materiais, para que seja corrigido.

5.5.4. Atestar as notas fiscais/fatura, por servidor competente.

5.5.5. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa prestar o serviço e/ou fornecer os materiais dentro das normas do contrato.

5.5.6. Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada, em até 10 dias após a entrega dos serviços/materiais e a conferencia da nota fiscal. Em caso de prestação de serviços, caso se inicie em meado do mês, serão pagos os dias proporcionais para que sejam emitidas notas fiscais mensais para pagamento dos serviços prestados mês a mês.

5.5.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução de eventual contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**5.6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO - PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTES REQUISITOS:**

**5.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

5.6.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.6.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.6.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

5.6.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.6.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.6.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.6.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.6.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**5.6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

5.6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas **(CPF)**, conforme o caso;

5.6.2.2. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

5.6.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988.

5.6.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(FGTS)**;

5.6.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **(CNDT)** Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.6.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.6.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] do município domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.6.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do estado domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.6.2.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.6.2.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.6.2.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

5.6.2.12. Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

**5.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

5.6.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

5.6.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

5.6.3.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

5.6.3.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

5.6.3.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

5.6.3.3.1. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

6.1. Para a prestação dos serviços, deverão ser seguidas as especificações apresentadas neste Termo de Referência e Edital.

6.2. Realizar as coletas em dias úteis, nas datas e horários previamente agendados;

6.3. Comunicar previamente aos responsáveis pelo setor a data da coleta das amostras e comparecer à sede desta na data marcada, portando os frascos para as coletas das amostras previamente preparados, com reagentes para a preservação das amostras, bem como, as caixas térmicas e o gelo para garantir a refrigeração da amostra durante o transporte;

6.4. A coleta deverá ser realizada por técnico da contratada devidamente capacitado, e um servidor do DMAE acompanhará o técnico da contratada até os locais.

6.5. Executar as análises dentro do prazo máximo estipulado para cada parâmetro de acordo com os Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater;

6.6. Os resultados (relatórios) PARCIAIS e FINALIZADOS deverão ser inseridos em um sistema de controle laboratorial (em um software) com acesso LIBERADO e INTEGRAL para o contratante acompanhar toda a cadeia de custódia da amostra, bem como todas as etapas das análises e entrega dos resultados no prazo de 20 dias.

**6.7.1. Os laudos devem conter no mínimo:**

a) Timbre do laboratório;

b) Dados do cliente;

c) Identificação do local de amostragem, data e horário da coleta;

d) Data e horário da entrada da amostra no laboratório e data da execução do ensaio;

e) Identificação do método de análise utilizado para cada parâmetro analisado;

f) Valor Máximo Permitido para cada parâmetro conforme legislação vigente;

g) Limites de quantificação (LQ);

h) Limites de detecção (LD). Sendo que o valor de LD reportado no laudo deve ser utilizado para expressão dos resultados, quando aplicável, por exemplo, resultado expresso como “menor que o limite de detecção” (<LD).

i) Os laudos técnicos devem conter assinatura de profissional técnico legalmente habilitado com o número de registro no seu respectivo Conselho de Classe: Conselho Regional de Química (CRQ).

6.7.2. Os laudos deveram trazer em seu bojo os comentários pertinentes, principalmente da Portaria GM/MS N°888/2021;

6.7.3. Para os relatórios referente a Portaria GM/MS N°888/2021, deveram conter formatação igual a exigida pelo Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) no Controle Semestral, facilitando assim a compreensão dos mesmos;

6.8. No caso da terceirização de análises, deverá ser fornecida a via original do laudo do laboratório executor das análises, nos mesmos moldes citados acima;

6.9. Informar imediatamente ao DMAE caso os resultados das análises apresentem algum parâmetro fora da especificação vigente;

6.10. Comunicar ao DMAE irregularidades apresentadas no decorrer da execução dos serviços para prevenção de futuras adversidades;

6.11. Realizar, quando solicitado pelo DMAE, contraprova ou repetição da amostragem/análise de qualquer parâmetro analisado, cujo resultado gerar dúvidas quanto a veracidade do mesmo sem gerar despesas adicionais;

6.12. A empresa e/ou laboratório de análises contratado deve armazenar as amostras por um período mínimo de 20 dias após a entrega dos resultados das análises.

6.13. Da prestação dos Serviços: será “PARCELADA”, de acordo com as especificações neste Edital;

6.14. Só serão aceitas e liquidadas as notas fiscais acompanhadas das respectivas demandas de análises;

6.15. Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias após a Assinatura do Contrato, da Ata de Registro de Preços, e ou de acordo com o cronograma especificado neste Termo de Referência.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.;

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3. As comunicações entre o DMAE e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.4. O DMAE poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, O DMAE poderá convocar o representante da empresa/laboratório contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

7.6. **Da Fiscalização:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), fiscais designados na Portaria N° 471 de 06 de setembro de 2024;

7.6.1. Que acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o DMAE;

7.6.2. Anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos erros observados;

7.6.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.6.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.6.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

7.6.7. Verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.6.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.6.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas próprias do setor requisitante;

7.8. **Gestor do Contrato:** O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal (s) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

7.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

7.8.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

**8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E DE PAGAMENTO:**

8.1. **Recebimento:** Todos os pagamentos serão realizados mediante a entrega dos resultados das coletas, informando os pontos de coletas de cada Item subscritos neste Termo de Referência conforme Tabela de Especificações Técnicas, acompanhado da nota fiscal e cópia da autorização de fornecimento;

8.1.1. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à divergência de resultados, prazo de entrega, ou qualquer outra, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.2. **Liquidação:** Constatada a regularidade na entrega e aceitação dos resultados, a liquidação deverá ocorrer em até dez dias úteis, podendo ser prorrogáveis por igual período;

8.2.1. Todo pagamento somente ocorrerá mediante a comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consultas on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da

Lei nº 14.133, de 2021, ou ainda mediante a apresentação da referida documentação apresentada pela própria empresa juntamente com a nota fiscal;

8.3. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

8.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.5. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

8.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação;

8.7. **Prazo de pagamento:** O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de Liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal;

8.8. **Forma de pagamento**: O pagamento será realizado na Tesouraria do DMAE, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome do proponente;

8.8.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária no decreto Municipal nº 2669, de 26 de setembro de 2023, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

8.8.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial (declaração do simples nacional), de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

8.10. **Antecipação de pagamento:** Não haverá antecipação do pagamento.

8.11. **Cessão de crédito:** Não se aplica.

**9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

O custo estimado total deste registro de preços foi elaborado pelo setor de licitações, a partir do documento de formalização de demanda enviado ao setor relacionando todos os itens e quantidades constantes deste Termo de Referência, e, de acordo com a pesquisa de mercado, o valor total estimado foi de **R$ 1.515.263,42 (um milhão quinhentos e quinze mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos).**

**10. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas com a presente licitação correrão à conta da Dotação Orçamentária consignadas na proposta orçamentária do exercício. A dotação orçamentária também será informada por ocasião da emissão da Nota de Empenho.

**11. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

11.1. Este Termo de Referência foi elaborado com o objetivo de fornecer as especificações técnicas e administrativas necessárias para a realização do Pregão Eletrônico para Registro de Preços visando à eventual e futura contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas Captações e Estações de Tratamento de Água (ETA), Pronto Socorro/Hospital Municipal, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Aterro Sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG, em conformidade com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).

11.2. **Conformidade Legal**

11.2.1. A elaboração deste Termo de Referência observa rigorosamente os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 2.621 de 04 de abril de 2023, especialmente os princípios da isonomia, transparência, economicidade, eficiência, e o julgamento objetivo. As especificações contidas neste documento foram desenvolvidas de maneira a garantir a igualdade de condições a todos os licitantes, promovendo uma competição justa e transparente.

11.3. **Justificativa da Contratação**

11.3.1. A contratação de empresa/laboratório especializado em serviços de coleta e análises é essencial para atender às diversas demandas do DMAE. Este processo de contratação por meio de Registro de Preços visa proporcionar uma maior flexibilidade e economia para a administração pública, permitindo a aquisição dos serviços conforme a necessidade, evitando gastos e otimizando recursos.

11.4. **Critérios de Julgamento**

11.4.1. O julgamento das propostas será realizado com base no MENOR VALOR GLOBAL, conforme estabelecido no edital do pregão eletrônico. Serão consideradas as especificações técnicas e administrativas detalhadas no Termo de Referência, garantindo a qualidade e eficiência dos serviços contratados.

11.5. **Validade do Registro de Preços**

11.5.1. O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de homologação da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado nas condições previstas na legislação vigente, respeitando o limite de quantidades previstas no edital.

11.6. **Considerações Ambientais**

11.6.1. As empresas contratadas deverão adotar práticas sustentáveis e ambientais em suas operações, minimizando os impactos ambientais e promovendo a responsabilidade social. A utilização de equipamentos e materiais que respeitem as normas ambientais será um diferencial a ser considerado durante a avaliação das propostas.

11.7. **Disposições Finais**

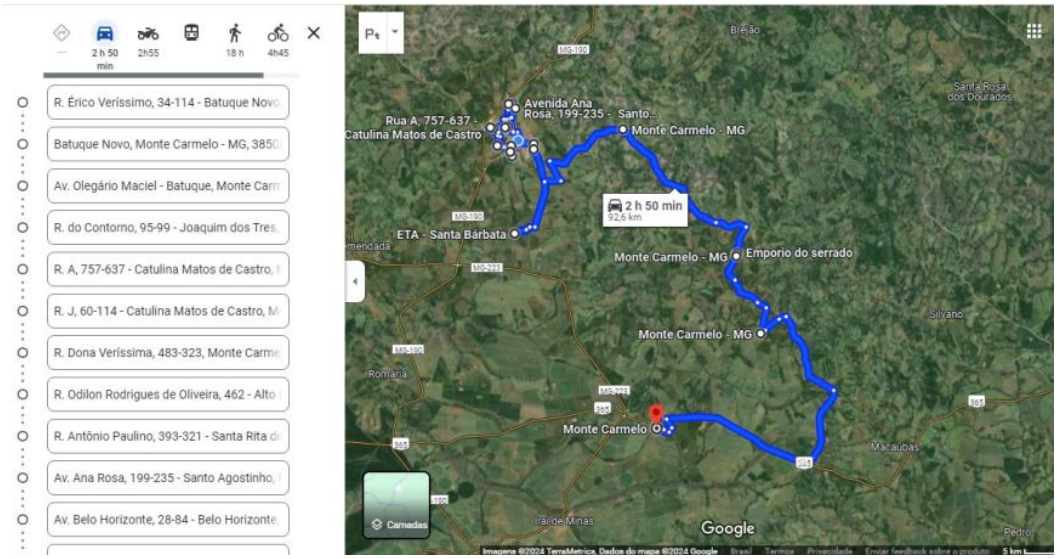
11.7.1. Este Termo de Referência é parte integrante do edital do pregão eletrônico e deverá ser rigorosamente observado pelos licitantes.

11.8. Eventuais dúvidas ou omissões serão resolvidas pela comissão de licitação, conforme as disposições legais vigentes.

11.9. A adjudicação do objeto será formalizada por meio da assinatura da ata de registro de preços, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

## 12. ROTEIRO DAS COLETAS

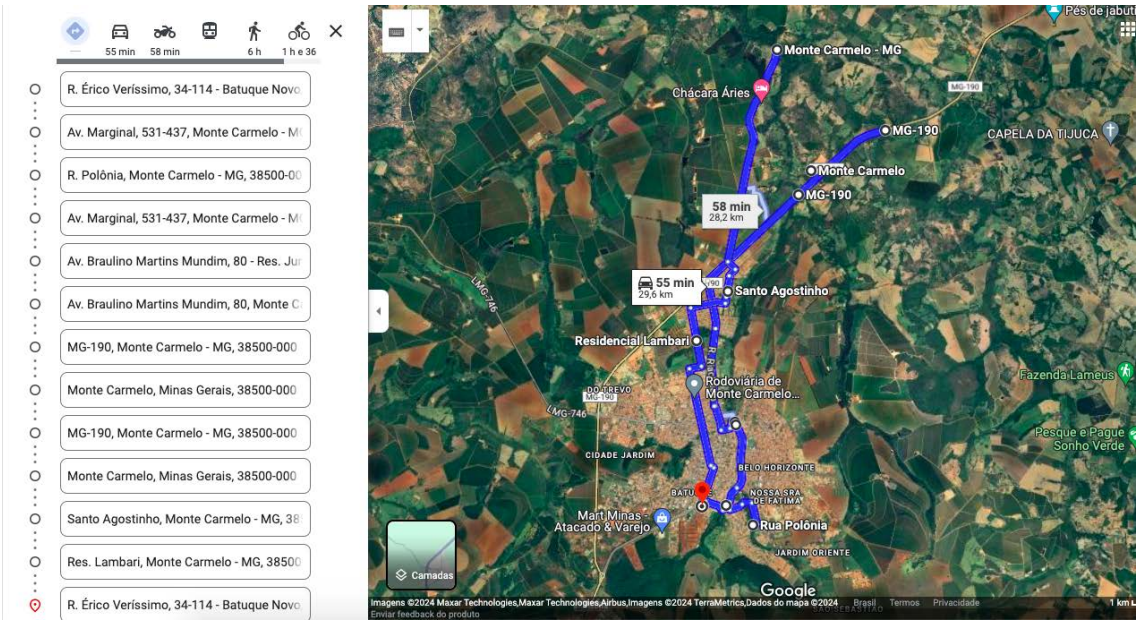
**Roteiro coleta águas de captação, entrada de rede e rede de distribuição**




1° Ponto – ETA Mumbuca - Entrada de Rede - M.P. PONTO DE COLETA 01: ETA – Estação de Tratamento de Água Mumbuca - Batuque – Entrada de Rede e Rede de Distribuição Santa Bárbara
2° Ponto – Captação Mumbuca
3° Ponto – Escritório DMAE - Rede de Distribuição
4° Ponto – PSF Ciselísio - M.P. PONTO DE COLETA 02: UNIDADE BASICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA CISELÍSIO ROCHA TOMAZ – JARDIM ZENI
5° Ponto – R4 Rua A Catulina - Entrada de Rede
6° Ponto – PSF Joana Felix de Jesus - Rede de Distribuição
7° Ponto – Terminal Rodoviário M.P. PONTO DE COLETA 04: TERMINAL RODOVIÁRIO. ARGEMIRO BARBOSA – BOA VISTA
8° Ponto – Pronto Socorro/ Hospital Municipal
9° Ponto – Escola Municipal Francisco Campo - Entrada de Rede
10° Ponto – PSF Margareth Faleiros - Rede de Distribuição
11° Ponto – ETA Lambari - Entrada de Rede
12° Ponto – SESI - Rede de Distribuição
13° Ponto – Captação Santa Bárbara
14° Ponto – Perdizes - Entrada de Rede e Rede de Distribuição
15° Ponto – Escola Gonçalves - Rede de Distribuição
16° Ponto – R34 Gonçalves - Entrada de Rede
17° Ponto – Buritis - Entrada de Rede e Rede de Distribuição
18° Ponto – Celso Bueno - Rede de Distribuição
19° Ponto – ETA Celso Bueno - Entrada de Rede
20° Ponto – Captação Celso Bueno

Aproximadamente 93km

**Roteiro coleta águas superficiais, aterro sanitário e efluentes**




Ponto de partida - ETA Mumbuca
1º ponto – Jusante do córrego Exposição
2º ponto – Ponte sobre o Córrego exposição (montante)
3º ponto - Ponte sobre o Córrego Mumbuca (Ponto de referência, Supermercado Bahamas)
4º ponto – Jusante do Córrego Olaria (deságua no córrego Mumbuca)
5º ponto - Ponte sobre o Rio Perdizes (Ponto de referência MG 190, próximo a carvoeira)
6º ponto – Lagoas aeróbia e facultativa (Ponto de referência MG 190, Aterro Sanitário)
7º ponto – Ponte sobre o Rio Mumbuca (Ponto de referência MG 190)
8º ponto – Ponte sobre o Rio Perdizes (Ponto de referência MG 190, sentido Chácara Aries)
9º ponto – ETE (entrada e saída)
10º ponto – Montante córrego Olaria.
Ponto final – ETA Mumbuca

Aproximadamente 30km

**13. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

Seguem abaixo as especificações dos serviços de análises do presente termo de referência:

| Item | Qtde Análise | Unidade | Frequência | Descrição | Valor estimado P/ bateria | Valor estimado total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357,** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 6 | Amostra | Semestral | **ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 1. | R$7.883,33 | R$47.299,98 |
| 02 | 36 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 2. | R$3.935,00 | R$141.660,00 |
| 03 | 32 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021,** conforme especificado na Tabela 3. | R$11.669,17 | R$373.413,44 |
| 04 | 216 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021,** conforme especificado na Tabela 4. | R$2.730,00 | R$589.680,00 |
| 05 | 08 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises de subprodutos da desinfecção que representam risco a saúde, de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**,conforme especificado na Tabela 5. | R$1.979,17 | R$15.833,36 |
| 06 | 12 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 6. | R$860,00 | R$10.320,00 |
| 07 | 12 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 7. | R$408,33 | R$4.899,96 |
| 08 | 24 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 8. | R$240,00 | R$5.760,00 |
| 09 | 132 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 9. | R$920,00 | R$121.440,00 |
| | | | | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04** | R$11.642,50 | R$23.285,00 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | 02 | Amostra | Semestral | **DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 10. | | |
| 11 | 02 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 11. | R$11.642,50 | R$23.285,00 |
| 12 | 04 | Amostra | A definir | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 12. | R$11.642,50 | R$46.570,00 |
| 13 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS RIO PERDIZES (MONTANTE E JUSANTE) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2**, conforme especificado na Tabela 13. | R$1.563,33 | R$6.252,32 |
| 14 | 12 | Amostra | Trimestral | Parâmetros para ANÁLISES BIMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS RIO PERDIZES (MONTANTE E JUSANTE) de acordo com **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2**, conforme especificado na Tabela 14. | R$1.260,00 | R$15.120,00 |
| 15 | 12 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises BIMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS CÓRREGO MUMBUCA (montante e jusante) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2.** , conforme especificado na Tabela 15. | R$924,17 | R$11.090,04 |
| 16 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS CÓRREGO MUMBUCA (montante e jusante) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005,** | R$1.186,67 | R$4.746,68 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 16. | | |
| 17 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM CHORUME (bruto e tratado) **deliberação normativa conjunta copam-cerh/mg nº 8, capítulo V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 17. | R$1098,33 | R$4.393,32 |
| 18 | 12 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises bimestrais EM CHORUME (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 18. | R$888,33 | R$10.659,96 |
| 19 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM EFLUENTE DA ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 19. | R$1.063,33 | R$4.253,32 |
| 20 | 12 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises BIMESTRAL EM EFLUENTE da ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 20. | R$950,00 | R$11.400,00 |
| 21 | 02 | Amostra | Semestral | Parâmetro para análise SEMESTRAL EM LODO DE REATOR (UASB) ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 21. | R$693,33 | R$1.386,66 |
| | | | | Parâmetros para análises ANUAL EM POÇOS SUBTERRÂNEOS – PIEZÔMETROS ETE | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 22 | 01 | Amostra | anual | ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 22. | R$960,00 | R$960,00 |
| 23 | 01 | Amostra | Anual | Parâmetros para análises ANUAL EM POÇOS SUBTERRÂNEOS – PIEZÔMETROS ATERRO SANITÁRIO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 23. | R$960,00 | R$960,00 |
| 24 | 04 | Amostra | À definir | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 24. | R$7.856,67 | R$31.426,68 |
| 25 | 10 | Amostra | À definir | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 25. | R$916,67 | R$9.166,70 |

**SETOR DE TRATAMENTO DE ÁGUA**

**TABELA 1** – Parâmetros para análises semestrais em água bruta das captações MUMBUCA, SANTA BÁRBARA E CELSO BUENO de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02**

**Período da Análise: Outubro e Maio**
**Entrega dos Resultados: 23 de Maio de 2026 e 23 de Outubro de 2026.**
**Captações superficiais:**

1. **Mumbuca; 2- Santa Bárbara; 3- Celso Bueno**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de captações | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes termotolerantes (UFC/100ML) | **2** | **3** | **6** | | |
| Clorofila a (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Sólidos dissolvidos totais (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Sólidos suspensos totais (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cor verdadeira uH | **2** | **3** | **6** | | |
| Corantes artificiais | **2** | **3** | **6** | | |
| DBO (mg/L O2) | **2** | **3** | **6** | | |
| OD (mg/L O2) | **2** | **3** | **6** | | |
| Turbidez UNT | **2** | **3** | **6** | | |
| pH | **2** | **3** | **6** | | |
| Gosto e Odor (intensidade) | **2** | **3** | **6** | | |
| Materiais flutuantes | **2** | **3** | **6** | | |
| Óleos e graxas (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Resíduos sólidos objetáveis (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Esporos de bactérias aeróbias (células/100mL) | **2** | **3** | **6** | | |
| Densidade de cianobactérias (células/mL) | **2** | **3** | **6** | | |
| Alumínio dissolvido (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Antimônio (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Arsênio total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Bário (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Berílio total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Boro total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Cádmio (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Chumbo (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Cianeto total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Cloreto (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Cloro residual livre (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Cobalto (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Cobre Dissolvido (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cromo total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Ferro dissolvido (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Fluoreto (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Fósforo total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Lítio total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Manganês (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Mercúrio total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Níquel total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Nitratos (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Nitritos (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Prata total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Selênio (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Sulfatos (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Sulfetos totais (H2S não dissociado) (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Urânio total (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Vanádio (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Zinco (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Acrilamida (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Alacloro (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Aldrin + Dieldrin (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Atrazina (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Benzeno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Benzidina (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Benzo(a) Antraceno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Benzo(a) Pireno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Benzo(b) Fluoranteno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Benzo(k) Fluoranteno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Carbaril (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Clordano (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 2-Clorofenol (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Criseno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 2,4-D (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| DDT (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Demetron (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Dibenzo(a,h) Antraceno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 1,2-Dicloroetano (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 1,1-Dicloroeteno (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 2,4-Diclorofenol (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Diclorometano (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Dodecacloro pentaciclodecano (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Endrin (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Endossulfan (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Estireno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Etilbenzeno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Fenóis totais (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Glifosato (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Gution (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Heptacloro epóxido e heptacloro (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Hexaclorobenzeno (µg/L), | **2** | **3** | **6** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Indeno(1,2,3-cd)Pireno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Lindano (Gama-BHC) (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Malation (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Metolacloro (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Metoxicloro (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Paration (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Bifenilas Policloradas (PCBs) (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Pentaclorofenol (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Simazina (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Subst. Tenso. Que reagem com o Azul de Metileno | **2** | **3** | **6** | | |
| 2,4,5-T (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Tetracloreto de carbono (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Tetracloroeteno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Tolueno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Toxafeno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 2,4,5-TP (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Tributil estanho (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Triclorobenzeno(1,2,3-TCB+1,2,4-TCB) (mg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Tricloroeteno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| 2,4,6-Triclorofenol (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Trifuralina (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |
| Xileno (µg/L) | **2** | **3** | **6** | | |

**TABELA 2** – Parâmetros para análises mensais em água bruta das captações MUMBUCA, SANTA BÁRBARA E CELSO BUENO de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02**

**Período da Análise:, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro**
**Entrega dos Resultados: 23 de Janeiro de 2027, 24 de Fevereiro de 2027, 24 de Março de 2027, 23 de Abril de 2027, 23 de Maio de 2026, 23 de Junho de 2026, 24 de Julho de 2026, 25 de Agosto de 2026, 22 de Setembro de 2026, 23 de Outubro de 2026, 24 de Novembro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026.**
**Captações superficiais:**
**1-Mumbuca; 2- Santa Bárbara; 3- Celso Bueno**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de captações | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes totais | 12 | 3 | 36 | | |
| Coliformes Fecais | 12 | 3 | 36 | | |
| Escherichia coli/coliforme | 12 | 3 | 36 | | |
| Microcistina (mg/L) | 12 | 3 | 36 | | |
| Saxitoxina (mg/L) | 12 | 3 | 36 | | |
| Cilindrospermopsina (mg/L) | 12 | 3 | 36 | | |
| Anatoxina (mg/L) | 12 | 3 | 36 | | |
| Vírus entéricos (UFP/100ML) | 12 | 3 | 36 | | |
| Protozoários-cryptosporidium Sp.(Oocistos/L) | 12 | 3 | 36 | | |
| Protozoários-giardia Sp.(Cistos/L) | 12 | 3 | 36 | | |
| Densidade de cianobactérias (célula/ML) | 12 | 3 | 36 | | |
| Clorofila a (UFP/100ML) | 12 | 3 | 36 | | |

**TABELA 3** – Parâmetros para análises semestrais ENTRADA DE REDE E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS MUMBUCA/SANTA BÁRBARA, LAMBARI, PIRAPITINGA, SANTA RITA, CELSO BUENO, BURITIS, GONÇALVES E PERDIZES. **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Outubro e Maio**
**Entrega dos Resultados: 23 de Maio de 2026 e 23 de Outubro de 2026.**
**Entrada de rede e rede de distribuição:**

**1-Mumbuca/Santa Bárbara; 2-Lambari; 3-Pirapitinga; 4-Santa Rita; 5-Celso Bueno; 6-Buritis; 7-Gonçalves; 8- Perdizes**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes Totais, Coliformes Fecais, Escherichia Coli / Coliforme. | **2** | **16** | **32** | | |
| Microcistina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Saxitoxinas (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cilindrospermopsina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Anatoxina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Antimônio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Arsênio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Bário (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cádmio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Fluoreto (mg/L), | **2** | **16** | **32** | | |
| Nitrato (Como N) (3) (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Chumbo (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cromo (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Mercúrio Total (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Selênio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cobre (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Nitrito (Como N) (3) (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Níquel (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Urânio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Acrilamida (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Benzeno (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Benzeno [a] Pireno (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cloreto de Vinila (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Dioxano (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| 1,2 – Dicloroetano (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Diclorometano (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Epicloridrina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Etilbenzeno (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tetracloreto de Carbono (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tetracloroeteno (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tolueno (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tricloroeteno (µg/L); | **2** | **16** | **32** | | |
| Di(2-Etilhexil)Ftalato (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Pentaclorofenol (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Xilenos (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Alacloro (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Aldrin e Dieldrin (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Ametrina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina – Dea Deisopropil-Atrazina – Dia e Diaminoclorotriazina – Dact) (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| 2,4–D (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Aldicarbe+Aldicarbesulfona+Aldicarbesulfóxido (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Ciproconazol (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Carbendazim (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Carbofurano (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Clorpirifós + Clorpirifós – oxon (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Clordano (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Clorotalonil (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Difenoconazol (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Dimetoato + Omeotoato (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| DDT+DDD+DDE (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Diuron (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Epoxiconazol (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Fipronil (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Flutriafol (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Glifosato+AMPA(µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Hidroxi-Atrazina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Lindano (Gama-HCH) (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Malotiona (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Mancozebe + ETU (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Metamidofós + Acefato (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Metribuzim (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Metolacloro (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Molinato (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Paraquate (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Picloram (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Profenofós (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Propargito (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Protioconazol + ProticonazolDestio (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Simazina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tebuconazol (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Terbufós (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tiametoxam (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Tiodicarbe (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Tiram (µg/L), | **2** | **16** | **32** | | |
| Trifluralina (µg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Bromato (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Clorato (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Clorito (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cloro Residual Livre (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| 2,4-Diclorofenol (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| N-Nitrosodimetilamina (6) (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| 2,4,6 Triclorofenol (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Trihalometanos TotaL (7) (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Ácidos Haloacéticos Total (5) (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cloraminas TotaL (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Radioatividade 226 (Bq/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Radioatividade 228 (Bq/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Alumínio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Amônia (como N) (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cloreto (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Cor Aparente (2) (uH) | **2** | **16** | **32** | | |
| Dureza Total (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Ferro (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Manganês (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Monoclorobenzeno (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Gosto e Odor (Intensidade) | **2** | **16** | **32** | | |
| Sódio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Sulfato (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Turbidez (uT) | **2** | **16** | **32** | | |
| Zinco (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| PH a 25ºC (ac) | **2** | **16** | **32** | | |
| 1,2-Diclorobenzeno (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| 1,4-Diclobenzeno (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |
| Sulfeto de Hidrogênio (mg/L) | **2** | **16** | **32** | | |

**TABELA 4** – Parâmetros para análises mensais ENTRADA DE REDE E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS MUMBUCA, SANTA BÁRBARA, LAMBARI, PIRAPITINGA, SANTA RITA, CELSO BUENO, BURITIS, GONÇALVES E PERDIZES. **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro,**
**Entrega dos Resultados: 23 de Janeiro de 2027, 24 de Fevereiro de 2027, 24 de Março de 2027, 23 de Abril de 2027, 23 de Maio de 2026, 23 de Junho de 2026, 24 de Julho de 2026 e 25 de Agosto de 2026, 22 de Setembro de 2026, 23 de Outubro de 2026, 24 de Novembro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026.**
**Entrada de rede e rede de distribuição:**
**1-Mumbuca; 2-Santa Bárbara; 3-Lambari; 4-Pirapitinga; 5-Santa Rita; 6-Celso Bueno; 7-Buritis; 8-Gonçalves; 9- Perdizes**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Microcistina (µg/L) | **12** | **18** | **216** | | |
| Saxitoxinas (µg/L) | **12** | **18** | **216** | | |
| Cilindrospermopsina (µg/L) | **12** | **18** | **216** | | |

**TABELA 5** – Parâmetros para análises bimestrais de **SUBPRODUTOS DA DESINFECÇÃO QUE REPRESENTAM RISCO À SAÚDE** na REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS MUMBUCA/SANTA BÁRBARA E CELSO BUENO.**PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Janeiro, Março, Julho e Setembro**
**Entrega dos Resultados: 23 de Janeiro de 2027, 24 de Março de 2027, Julho de 2026 24 de Setembro de 2026,**
**Rede distribuição:**
**1-Mumbuca/Santa Bárbara; 2-Celso Bueno;**

| Parâmetro | N° amostras | N° de | Total amostras | Valor | Valor |
|---|---|---|---|---|---|

| | ano | pontos | ano | unitário | total |
|---|---|---|---|---|---|
| Bromato (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| Clorato (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| Clorito (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| Cloro Residual Livre (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| 2,4-Diclorofenol (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| N-Nitrosodimetilamina (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| 2,4,6 Triclorofenol (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| Trihalometanos Total (7) (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| Ácidos Haloacéticos Total (5) (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |
| Cloraminas Total (mg/L) | **4** | **2** | **8** | | |

**TABELA 6** – Parâmetros para análises semestrais na ENTRADA DE REDE E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS MUMBUCA/SANTA BÁRBARA, LAMBARI E CELSO BUENO.**PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Setembro e Março**
**Entrega dos Resultados: 24 de Março de 2027 e 23 de Setembro de 2026.**
**Entrada de rede e rede distribuição:**
**1-Mumbuca/Santa Bárbara; 2-Lambari; 3-Celso Bueno;**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Trihalometanos totais (mg/L) | **2** | **3** | **12** | | |
| Gosto e odor (intensidade) | **2** | **3** | **12** | | |

**TABELA 7** – Parâmetros para análises mensais **PONTO DE COLETA 01:** ETA – Estação de Tratamento de Água Mumbuca – Batuque. **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro**

**Entrega dos Resultados:** **23 de Janeiro de 2027, 24 de Fevereiro de 2027, 24 de Março de 2027, 23 de Abril de 2027, 23 de Maio de 2026, 23 de Junho de 2026, 24 de Julho de 2026, 25 de Agosto de 2026, 22 de Setembro de 2026, 23 de Outubro de 2026, 24 de Novembro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026.**

**Entrada de rede**

**1-ETA Estação de Tratamento de Água Mumbuca**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Alumínio (mg/L) | **12** | **1** | **12** | | |
| Mercúrio (mg/L) | **12** | **1** | **12** | | |

**TABELA 8** – Parâmetros para análises mensais **PONTO DE COLETA 02**: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA CISELISIO ROCHA THOMAZ – JARDIM ZENI E **PONTO DE COLETA 04**: TERMINAL RODOVIÁRIO ARGEMIRO BARBOSA – BOA VISTA. **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro,**

**Entrega dos Resultados:** **23 de Janeiro de 2027, 24 de Fevereiro de 2027, 24 de Março de 2027, 23 de Abril de 2027, 23 de Maio de 2026, 23 de Junho de 2026, 24 de Julho de 2026, 25 de Agosto de 2026, 22 de Setembro de 2026, 23 de Outubro de 2026, 24 de Novembro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026.**

**Rede de distribuição**

**02-Unidade básica de saúde da família Ciselisio Rocha Thomaz – Jardim Zeni;**

**04-Terminal Rodoviário Argemiro Barbosa – Boa Vista;**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Mercúrio (mg/L) | **24** | **2** | **24** | | |

**TABELA 9** – Parâmetros para análises mensais PRONTO SOCORRO/HOSPITAL MUNICIPAL ALBERTO NOGUEIRA

**PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro,**

**Entrega dos Resultados:** **23 de Janeiro de 2027, 24 de Fevereiro de 2027, 24 de Março de 2027, 23 de Abril de 2027, 23 de Maio de 2026, 23 de Junho de 2026, 24 de Julho de 2026, 25 de Agosto de 2026, 22 de Setembro de 2026, 23 de Outubro de 2026, 24 de Novembro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026**

**Pontos:**

**UTI 01, HEMODIÁLISE-OSMOSE 02, PIA CENTRO CIRÚRGICO 03, COZINHA 04, PREPARAÇÃO DIETAS 05, CME 06, RESERVATÓRIO DA AUTOCLAVE 07, ESTERILIZAÇÃO 08, LAVANDERIA 09, SALA DE EMERGÊNCIA 10 E ORTOPEDIA 11.**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Microbiológicas | **12** | **11** | **132** | | |
| Manganês, | **12** | **11** | **132** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Ferro, | **12** | **11** | **132** | | |
| Cobre, | **12** | **11** | **132** | | |
| Íons de Cloro, | **12** | **11** | **132** | | |
| PH | **12** | **11** | **132** | | |
| Mensuração de dureza da água | **12** | **11** | **132** | | |

**TABELA 10** – Parâmetros para análises semestrais ENTRADA DE REDE PRONTO SOCORRO/HOSPITAL MUNICIPAL ALBERTO NOGUEIRA. **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Maio e Outubro**
**Entrega dos Resultados: 23 de Maio de 2026 e 23 de Outubro de 2026.**
**Entrada de rede:**
**1-Pronto Socorro/Hospital Municipal Alberto Nogueira**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes Totais, Coliformes Fecais, Escherichia Coli / Coliforme. | **2** | **1** | **2** | | |
| Microcistina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Saxitoxinas (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cilindrospermopsina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Anatoxina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Antimônio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Arsênio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Bário (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cádmio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Fluoreto (mg/L), | **2** | **1** | **2** | | |
| Nitrato (Como N) (3) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Chumbo (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cromo (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Mercúrio Total (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Selênio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cobre (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Nitrito (Como N) (3) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Níquel (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Urânio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Acrilamida (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Benzeno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Benzeno [a] Pireno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloreto de Vinila (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Dioxano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 1,2 – Dicloroetano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Diclorometano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Epicloridrina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Etilbenzeno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tetracloreto de Carbono (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tetracloroeteno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tolueno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tricloroeteno (µg/L); | **2** | **1** | **2** | | |
| Di(2-Etilhexil)Ftalato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Pentaclorofenol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Xilenos (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Alacloro (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Aldrin e Dieldrin (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ametrina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina – Dea Deisopropil-Atrazina – Dia e Diaminoclorotriazina – Dact) (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 2,4–D (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Aldicarbe+Aldicarbesulfona+Aldicarbesulfóxido (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ciproconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Carbendazim (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Carbofurano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorpirifós + Clorpirifós – oxon (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clordano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorotalonil (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Difenoconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Dimetoato + Omeotoato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| DDT+DDD+DDE (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Diuron (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Epoxiconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Fipronil (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Flutriafol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Glifosato+AMPA(µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Hidroxi-Atrazina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Lindano (Gama-HCH) (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Malotiona (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Mancozebe + ETU (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Metamidofós + Acefato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Metribuzim (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Metolacloro (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Molinato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Paraquate (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Picloram (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Profenofós (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Propargito (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Protioconazol + ProticonazolDestio (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Simazina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tebuconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Terbufós (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tiametoxam (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tiodicarbe (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tiram (µg/L), | **2** | **1** | **2** | | |
| Trifluralina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Bromato (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorato (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorito (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloro Residual Livre (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 2,4-Diclorofenol (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| N-Nitrosodimetilamina (6) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 2,4,6 Triclorofenol (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Trihalometanos TotaL (7) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ácidos Haloacéticos Total (5) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloraminas TotaL (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Radioatividade 226 (Bq/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Radioatividade 228 (Bq/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Alumínio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Amônia (como N) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Cloreto (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cor Aparente (2) (uH) | **2** | **1** | **2** | | |
| Dureza Total (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ferro (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Manganês (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Monoclorobenzeno (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Gosto e Odor (Intensidade) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sódio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sulfato (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Turbidez (uT) | **2** | **1** | **2** | | |
| Zinco (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| PH a 25ºC (ac) | **2** | **1** | **2** | | |
| 1,2-Diclorobenzeno (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 1,4-Diclobenzeno (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sulfeto de Hidrogênio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

**TABELA 11** – Parâmetros para análises semestrais ENTRADA DE REDE UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – CAMPUS ARARAS MONTE CARMELO MG. **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: Setembro e Março**
**Entrega dos Resultados: 24 de Março de 2027 e 22 de Setembro de 2026.**
**Entrada de rede:**
**1-Universidade Federal de Uberlândia – Campus Araras Monte Carmelo**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes Totais, Coliformes Fecais, Escherichia Coli / Coliforme. | **2** | **1** | **2** | | |
| Microcistina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Saxitoxinas (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cilindrospermopsina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Anatoxina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Antimônio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Arsênio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Bário (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cádmio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Fluoreto (mg/L), | **2** | **1** | **2** | | |
| Nitrato (Como N) (3) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Chumbo (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cromo (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Mercúrio Total (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Selênio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cobre (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Nitrito (Como N) (3) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Níquel (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Urânio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Acrilamida (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Benzeno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Benzeno [a] Pireno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloreto de Vinila (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Dioxano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 1,2 – Dicloroetano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Diclorometano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Epicloridrina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Etilbenzeno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Tetracloreto de Carbono (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tetracloroeteno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tolueno (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tricloroeteno (µg/L); | **2** | **1** | **2** | | |
| Di(2-Etilhexil)Ftalato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Pentaclorofenol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Xilenos (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Alacloro (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Aldrin e Dieldrin (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ametrina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina – Dea Deisopropil-Atrazina – Dia e Diaminoclorotriazina – Dact) (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 2,4–D (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Aldicarbe+Aldicarbesulfona+Aldicarbesulfóxido (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ciproconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Carbendazim (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Carbofurano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorpirifós + Clorpirifós – oxon (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clordano (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorotalonil (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Difenoconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Dimetoato + Omeotoato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| DDT+DDD+DDE (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Diuron (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Epoxiconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Fipronil (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Flutriafol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Glifosato+AMPA(µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Hidroxi-Atrazina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Lindano (Gama-HCH) (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Malotiona (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Mancozebe + ETU (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Metamidofós + Acefato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Metribuzim (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Metolacloro (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Molinato (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Paraquate (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Picloram (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Profenofós (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Propargito (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Protioconazol + ProticonazolDestio (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Simazina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tebuconazol (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Terbufós (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tiametoxam (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tiodicarbe (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Tiram (µg/L), | **2** | **1** | **2** | | |
| Trifluralina (µg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Bromato (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorato (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Clorito (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloro Residual Livre (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2,4-Diclorofenol (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| N-Nitrosodimetilamina (6) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 2,4,6 Triclorofenol (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Trihalometanos TotaL (7) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ácidos Haloacéticos Total (5) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloraminas TotaL (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Radioatividade 226 (Bq/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Radioatividade 228 (Bq/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Alumínio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Amônia (como N) (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cloreto (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Cor Aparente (2) (uH) | **2** | **1** | **2** | | |
| Dureza Total (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Ferro (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Manganês (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Monoclorobenzeno (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Gosto e Odor (Intensidade) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sódio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sulfato (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Turbidez (uT) | **2** | **1** | **2** | | |
| Zinco (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| PH a 25ºC (ac) | **2** | **1** | **2** | | |
| 1,2-Diclorobenzeno (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| 1,4-Diclobenzeno (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |
| Sulfeto de Hidrogênio (mg/L) | **2** | **1** | **2** | | |

**TABELA 12** – Parâmetros para análises em aguas(LOCAIS E DATAS A SEREM DEFINIDOS). **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**

**Período da Análise: DATAS A SEREM DEFINIDAS**
**Entrega dos Resultados:**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes Totais, Coliformes Fecais, Escherichia Coli / Coliforme. | 4 | 1 | 4 | | |
| Microcistina (µg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Saxitoxinas (µg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Cilindrospermopsina (µg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Anatoxina (µg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Antimônio (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Arsênio (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Bário (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Cádmio (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Fluoreto (mg/L), | 4 | 1 | 4 | | |
| Nitrato (Como N) (3) (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Chumbo (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Cromo (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Mercúrio Total (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Selênio (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Cobre (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Nitrito (Como N) (3) (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Níquel (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |
| Urânio (mg/L) | 4 | 1 | 4 | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Acrilamida (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Benzeno (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Benzeno [a] Pireno (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Cloreto de Vinila (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Dioxano (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| 1,2 – Dicloroetano (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Diclorometano (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Epicloridrina (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Etilbenzeno (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tetracloreto de Carbono (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tetracloroeteno (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tolueno (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tricloroeteno (µg/L); | **4** | **1** | **4** | | |
| Di(2-Etilhexil)Ftalato (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Pentaclorofenol (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Xilenos (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Alacloro (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Aldrin e Dieldrin (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Ametrina (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina – Dea Deisopropil-Atrazina – Dia e Diaminoclorotriazina – Dact) (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| 2,4–D (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Aldicarbe+Aldicarbesulfona+Aldicarbesulfóxido (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Ciproconazol (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Carbendazim (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Carbofurano (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Clorpirifós + Clorpirifós – oxon (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Clordano (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Clorotalonil (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Difenoconazol (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Dimetoato + Omeotoato (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| DDT+DDD+DDE (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Diuron (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Epoxiconazol (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Fipronil (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Flutriafol (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Glifosato+AMPA(µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Hidroxi-Atrazina (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Lindano (Gama-HCH) (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Malotiona (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Mancozebe + ETU (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Metamidofós + Acefato (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Metribuzim (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Metolacloro (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Molinato (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Paraquate (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Picloram (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Profenofós (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Propargito (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Protioconazol + ProticonazolDestio (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Simazina (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tebuconazol (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Terbufós (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tiametoxam (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tiodicarbe (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Tiram (µg/L), | **4** | **1** | **4** | | |
| Trifluralina (µg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Bromato (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Clorato (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Clorito (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Cloro Residual Livre (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| 2,4-Diclorofenol (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| N-Nitrosodimetilamina (6) (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| 2,4,6 Triclorofenol (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Trihalometanos TotaL (7) (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Ácidos Haloacéticos Total (5) (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Cloraminas TotaL (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Radioatividade 226 (Bq/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Radioatividade 228 (Bq/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Alumínio (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Amônia (como N) (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Cloreto (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Cor Aparente (2) (uH) | **4** | **1** | **4** | | |
| Dureza Total (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Ferro (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Manganês (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Monoclorobenzeno (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Gosto e Odor (Intensidade) | **4** | **1** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Sódio (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Sulfato (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Turbidez (uT) | **4** | **1** | **4** | | |
| Zinco (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| PH a 25ºC (ac) | **4** | **1** | **4** | | |
| 1,2-Diclorobenzeno (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| 1,4-Diclobenzeno (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |
| Sulfeto de Hidrogênio (mg/L) | **4** | **1** | **4** | | |

**SETOR ENGENHARIA**

**TABELA 13** – Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS RIO PERDIZES (MONTANTE E JUSANTE) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2.**

**Período da Análise: Agosto e Fevereiro.**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 24 de Fevereiro de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**Águas superficiais:**

1. **Rio perdizes**

| | Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Cádmio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 2 | Chumbo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 3 | Cobre Dissolvido (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 4 | Cromo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 5 | Fósforo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 6 | Níquel total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | Nitratos (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 8 | Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 9 | Óleos e graxas | **4** | **2** | **4** | | |
| 10 | Zinco total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 11 | Subst. Tensoativas | **4** | **2** | **4** | | |
| 12 | Clorofila a (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 13 | Densidade de cianobactérias (células/ML) | **4** | **2** | **4** | | |
| 14 | Toxicidade aguda | **4** | **2** | **4** | | |

**TABELA 14** – Parâmetros para ANÁLISES BIMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS RIO PERDIZES (MONTANTE E JUSANTE) de acordo com **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2.**

**Período da Análise: Junho, Agosto, Outubro, Dezembro, Fevereiro, Abril.**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 23 de Outubro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026, 24 de Fevereiro de 2027, 23 de Abril de 2027 e 23 de Junho de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**Águas superficiais:**

**1-Rio perdizes**

| | **Parâmetro** | **N° amostras ano** | **N° de pontos** | **Total amostras ano** | **Valor unitário** | **Valor total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | *Escherichia coli* (NMP) | **12** | **2** | **12** | | |
| 2 | Sólidos dissolvidos totais (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 3 | Sólidos em suspensão totais (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 4 | Cor verdadeira (uH) | **12** | **2** | **12** | | |
| 5 | Turbidez (UNT) | **12** | **2** | **12** | | |
| 6 | PH | **12** | **2** | **12** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | Condutividade elétrica (µS/cm) | **12** | **2** | **12** | | |
| 8 | DBO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 9 | OD (mg/L O2) | **12** | **2** | **12** | | |
| 10 | DQO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 11 | Temperatura | **12** | **2** | **12** | | |

**TABELA 15** – Parâmetros para análises BIMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS CÓRREGO MUMBUCA (montante e jusante) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2.**

**Período da Análise: Junho, Agosto, Outubro, Dezembro, Fevereiro, Abril**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 23 de Outubro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026, 24 de Fevereiro de 2027, 23 de Abril de 2027 e 23 de Junho de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**Águas superficiais:**

**1-Córrego Mumbuca**

| | **Parâmetro** | **N° amostras ano** | **N° de pontos** | **Total amostras ano** | **Valor unitário** | **Valor total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Escherichia coli (NMP) | **12** | **2** | **12** | | |
| 2 | Sólidos dissolvidos totais (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 3 | Sólidos em suspensão totais (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 4 | Cor verdadeira | **12** | **2** | **12** | | |
| 5 | Turbidez UNT | **12** | **2** | **12** | | |
| 6 | PH | **12** | **2** | **12** | | |
| 7 | Condutividade elétrica (µS/cm) | **12** | **2** | **12** | | |
| 8 | DBO (mg/L O2) | **12** | **2** | **12** | | |
| 9 | OD (mg/L O2) | **12** | **2** | **12** | | |
| 10 | DQO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 11 | Temperatura | **12** | **2** | **12** | | |

**TABELA 16** – Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS CÓRREGO MUMBUCA (montante e jusante) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022**

**Período da Análise: Agosto e Fevereiro**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 24 de Fevereiro de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**Águas superficiais:**

**1-Córrego Mumbuca**

| | Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Óleos e graxas | **4** | **2** | **4** | | |
| 2 | Cádmio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 3 | Chumbo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 4 | Cloreto total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 5 | Cobre Dissolvido (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 6 | Fósforo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 7 | Nitrato (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 8 | Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 9 | Zinco (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 10 | Sulfetos | **4** | **2** | **4** | | |
| 11 | Subst. Tensoativas | **4** | **2** | **4** | | |
| 12 | Clorofila a (µg/L) | 4 | **2** | 4 | | |
| 13 | Densidade de cianobactérias (células/ML) | **4** | **2** | **4** | | |
| 14 | Toxicidade aguda | **4** | **2** | **4** | | |

## ATERRO SANITÁRIO

**TABELA 17** – Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM CHORUME (bruto e tratado) **deliberação normativa conjunta copam-cerh/mg nº 8, capítulo V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022**

**Período da Análise: Agosto e Fevereiro**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 24 de Fevereiro de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**1-Chorume aterro sanitário**

| | Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Toxicidade aguda | 4 | 2 | 4 | | |
| 2 | Óleos e graxas | 4 | 2 | 4 | | |
| 3 | Cádmio total (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 4 | Chumbo total (mg/L | 4 | 2 | 4 | | |
| 5 | Cobre dissolvido (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 6 | Cloreto total (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 7 | Cromo total (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 8 | Fósforo total (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 9 | Níquel total (mg/L | 4 | 2 | 4 | | |
| 10 | Nitratos (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 11 | Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |
| 12 | Zinco total (mg/L | 4 | 2 | 4 | | |
| 13 | Substâncias teso-ativas (mg/L) | 4 | 2 | 4 | | |

**TABELA 18** – Parâmetros para análises bimestrais EM CHORUME (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Período da Análise: Junho, Agosto, Outubro, Dezembro, Fevereiro, Abril.**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 23 de Outubro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026, 24 de Fevereiro de 2027, 23 de Abril de 2027 e 23 de Junho de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**1-Chorume aterro sanitário**

| | Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | DBO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 2 | DQO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 3 | pH | **12** | **2** | **12** | | |
| 4 | Condutividade elétrica (µS/cm) | **12** | **2** | **12** | | |
| 5 | *Escherichia coli* (NMP) | **12** | **2** | **12** | | |
| 6 | Sólidos sedimentáveis | **12** | **2** | **12** | | |
| 7 | Sólidos em suspensão totais | **12** | **2** | **12** | | |
| 8 | Temperatura | **12** | **2** | **12** | | |

**EFLUENTE**

**TABELA 19** – Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM EFLUENTE DA ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Período da Análise: Agosto e Fevereiro**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 24 de Fevereiro de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**1-Efluente ETE**

| | Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Óleos e graxas | **4** | **2** | **4** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2 | Cádmio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 3 | Chumbo total (mg/L | **4** | **2** | **4** | | |
| 4 | Cobre dissolvido (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 5 | Cloreto total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 6 | Fósforo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 7 | Nitrato (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 8 | Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 9 | Zinco total (mg/L | **4** | **2** | **4** | | |
| 10 | Substâncias teso-ativas (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 11 | Sulfetos | **4** | **2** | **4** | | |
| 12 | Toxicidade aguda | **4** | **2** | **4** | | |

**TABELA 20** – Parâmetros para análises BIMESTRAL EM EFLUENTE da ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Período da Análise: Junho, Agosto, Outubro, Dezembro, Fevereiro, Abril.**

**Entrega dos Resultados: 25 de Agosto de 2026, 23 de Outubro de 2026 e 22 de Dezembro de 2026, 24 de Fevereiro de 2027, 23 de Abril de 2027 e 23 de Junho de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**1-Efluente ETE**

| | **Parâmetro** | **N° amostras ano** | **N° de pontos** | **Total amostras ano** | **Valor unitário** | **Valor total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | DBO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 2 | DQO (mg/L) | **12** | **2** | **12** | | |
| 3 | pH | **12** | **2** | **12** | | |
| 4 | Condutividade elétrica (µS/cm) | **12** | **2** | **12** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | *Escherichia coli* (NMP) | **12** | **2** | **12** | | |
| 6 | Sólidos sedimentáveis | **12** | **2** | **12** | | |
| 7 | Vazão média mensal | **12** | **2** | **12** | | |
| 8 | Turbidez | **12** | **2** | **12** | | |
| 9 | Temperatura | **12** | **2** | **12** | | |

**TABELA 21** – Parâmetro para análise SEMESTRAL EM LODO DE REATOR (UASB) ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Período da Análise: Agosto, Fevereiro.**

**Entrega dos Resultados: 24 de Fevereiro de 2027 e 25 de Agosto de 2027.**

**1-Lodo Reator**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Contagem de bactérias Lodo | 2 | **1** | 2 | | |

**TABELA 22** – Parâmetros para análises ANUAL EM POÇOS SUBTERRÂNEOS – PIEZÔMETROS ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Período da Análise: Dezembro.**

**Entrega dos Resultados: 22 de Dezembro de 2026**

| | Parâmetro | N° amostras ano | N° de pontos | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Nível da água | **1** | **4** | **1** | | |
| 2 | PH | **1** | **4** | **1** | | |
| 3 | Condutividade elétrica (µS/cm) | **1** | **4** | **1** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | *Escherichia coli* (NMP) | **1** | **4** | **1** | | |
| 5 | Cádmio total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 6 | Chumbo total (mg/L | **1** | **4** | **1** | | |
| 7 | Cobre dissolvido (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 8 | Cloreto total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 9 | Cromo total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 10 | Nitratos (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 11 | Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 12 | Zinco total (mg/L | **1** | **4** | **1** | | |

**TABELA 23** – Parâmetros para análises ANUAL EM POÇOS SUBTERRÂNEOS – PIEZÔMETROS ATERRO SANITÁRIO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022.**

**Período da Análise: Dezembro.**

**Entrega dos Resultados: 22 de Dezembro de 2026**

| | **Parâmetro** | **N° amostras ano** | **N° de pontos** | **Total amostras ano** | **Valor unitário** | **Valor total** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Nível da água | **1** | **4** | **1** | | |
| 2 | pH | **1** | **4** | **1** | | |
| 3 | Condutividade elétrica (µS/cm) | **1** | **4** | **1** | | |
| 4 | *Escherichia coli* (NMP) | **1** | **4** | **1** | | |
| 5 | Cádmio total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 6 | Chumbo total (mg/L | **1** | **4** | **1** | | |
| 7 | Cobre dissolvido (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 8 | Cloreto total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | Cromo total (mg/L | **1** | **4** | **1** | | |
| 10 | Nitratos (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 11 | Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **1** | **4** | **1** | | |
| 12 | Zinco total (mg/L | **1** | **4** | **1** | | |

**SETOR ENGENHARIA**

**TABELA 24** – Parâmetros para análises em águas superficiais (LOCAIS A SEREM DEFINIDOS) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02**

**Período da Análise: DATAS A DEFINIR**

**Águas superficiais:**

1. **LOCAL A SER DEFINIDO; 2-LOCAL A SER DEFINIDO**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de captações | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| Coliformes termotolerantes (UFC/100ML) | **4** | **2** | **4** | | |
| Clorofila a (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Sólidos dissolvidos totais (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Sólidos suspensos totais (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cor verdadeira uH | **4** | **2** | **4** | | |
| Corantes artificiais | **4** | **2** | **4** | | |
| DBO (mg/L O2) | **4** | **2** | **4** | | |
| OD (mg/L O2) | **4** | **2** | **4** | | |
| Turbidez UNT | **4** | **2** | **4** | | |
| pH | **4** | **2** | **4** | | |
| Gosto e Odor (intensidade) | **4** | **2** | **4** | | |
| Materiais flutuantes | **4** | **2** | **4** | | |
| Óleos e graxas (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Resíduos sólidos objetáveis (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Esporos de bactérias aeróbias (células/100mL) | **4** | **2** | **4** | | |
| Densidade de cianobactérias (células/mL) | **4** | **2** | **4** | | |
| Alumínio dissolvido (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Antimônio (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Arsênio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Bário (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Berílio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Boro total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cádmio (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Chumbo (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cianeto total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cloreto (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cloro residual livre (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cobalto (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cobre Dissolvido (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Cromo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Ferro dissolvido (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Fluoreto (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Fósforo total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Lítio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Manganês (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Mercúrio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Níquel total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Nitratos (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Nitritos (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Nitrogênio amoniacal total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Prata total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Selênio (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Sulfatos (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Sulfetos totais (H2S não dissociado) (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Urânio total (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Vanádio (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Zinco (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Acrilamida (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Alacloro (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Aldrin + Dieldrin (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Atrazina (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Benzeno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Benzidina (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Benzo(a) Antraceno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Benzo(a) Pireno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Benzo(b) Fluoranteno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Benzo(k) Fluoranteno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Carbaril (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Clordano (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 2-Clorofenol (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Criseno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 2,4-D (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| DDT (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Demetron (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Dibenzo(a,h) Antraceno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 1,2-Dicloroetano (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 1,1-Dicloroeteno (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 2,4-Diclorofenol (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Diclorometano (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Dodecacloro pentaciclodecano (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Endrin (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Endossulfan (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Estireno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Etilbenzeno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Fenóis totais (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Glifosato (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Gution (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Heptacloro epóxido e heptacloro (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Hexaclorobenzeno (µg/L), | **4** | **2** | **4** | | |
| Indeno(1,2,3-cd)Pireno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Lindano (Gama-BHC) (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Malation (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Metolacloro (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Metoxicloro (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Paration (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Bifenilas Policloradas (PCBs) (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Pentaclorofenol (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Simazina (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Subst. Tenso. Que reagem com o Azul | **4** | **2** | **4** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| de Metileno | | | | | |
| 2,4,5-T (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Tetracloreto de carbono (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Tetracloroeteno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Tolueno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Toxafeno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 2,4,5-TP (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Tributil estanho (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Triclorobenzeno(1,2,3-TCB+1,2,4-TCB) (mg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Tricloroeteno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| 2,4,6-Triclorofenol (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Trifuralina (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |
| Xileno (µg/L) | **4** | **2** | **4** | | |

**SETOR ENGENHARIA**

**TABELA 25** – Parâmetros para análises em águas superficiais (LOCAIS A SEREM DEFINIDOS) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02**

**Período da Análise: DATAS A DEFINIR**

**Águas superficiais:**

1. **LOCAL A SER DEFINIDO; 2- LOCAL A SER DEFINIDO;**

| Parâmetro | N° amostras ano | N° de captações | Total amostras ano | Valor unitário | Valor total |
|---|---|---|---|---|---|
| DBO (mg/L O2) | **10** | **2** | **10** | | |
| OD (mg/L O2) | **10** | **2** | **10** | | |
| Escherichia coli (UFC/100ML) | **10** | **2** | **10** | | |
| Fósforo total (mg/L) | **10** | **2** | **10** | | |
| Cobre dissolvido (mg/L) | **10** | **2** | **10** | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Chumbo (mg/L) | **10** | **2** | **10** | | |
| Zinco (mg/L) | **10** | **2** | **10** | | |

Monte Carmelo-MG, 28 de outubro de 2026.

**Matrícula: 205** LUCAS MENDES RESENDE
**Responsável pela Elaboração do Termo de Referência**

**Matrícula: 275** AMÓS VILELA PRADO
**Técnico Responsável - Água Bruta e Potável**
**Fiscal de Contrato**

**Matrícula: 339** NATÁLIA MIRANDA GOULART
**Técnico Responsável - Aterro Sanitário e ETE**
**Fiscal de Contrato**

**Matrícula: 423** Lucas Francisco Silva Moura Rodrigues
**Gestor de Contrato**

ANEXO II – MINUTA

DE TERMO DE CONTRATO

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

**Município de Monte Carmelo/MG**

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 011/2026

**PROCESSO**

Nº 046/2026

**CONTRATANTE**

DMAE de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 26.604.896/0001-50

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas captações e estações de tratamento de água (ETA), pronto socorro/hospital municipal, estação de tratamento de esgoto (ETE), aterro sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG**.**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O DMAE DE MONTE CARMELO/MG, E A EMPRESA: .....**

O **DMAE DE MONTE CARMELO/MG**, inscrito no CNPJ Nº 26.604.896/0001-50, endereço Avenida Olegário Maciel, 480 – Batuque, neste ato representado pela Sr. Wilson Dornelas Rodrigues, diretor geral designado pela portaria n° 14.343 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa: ....., *inscrita no CNPJ nº ....., sediada na* cidade.....endereço....., doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* ..... (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente

Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. ...../2026* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas captações e estações de tratamento de água (ETA), pronto socorro/hospital municipal, estação de tratamento de esgoto (ETE), aterro sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Planilha de descrição dos itens da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UM. DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.2.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

2.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA acumulado dos últimos 12 meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a administração municipal.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município no exercício, na (s) dotação (s) abaixo discriminada (s):

.....
.....

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Monte Carmelo – MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Monte Carmelo, .....de .....de 2026

_____

CONTRATANTE

**DMAE DE MONTE CARMELO/MG**

Wilson Dornelas Rodrigues – Diretor Geral

_____

EMPRESA CONTRATADA

*TESTEMUNHAS/CPF:*

*1-*

*2-*

ANEXO III - MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO
**N° 011/2026**

**PROCESSO**
**N° 046/2026**

**CONTRATANTE**
DMAE de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 22.604.896/0001-50

**OBJETO:**
Registro de preço para eventual e futura contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas captações e estações de tratamento de água (ETA), pronto socorro/hospital municipal, estação de tratamento de esgoto (ETE), aterro sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG.

| | |
|---|---|
| **CONTRATANTE** | **DMAE de Monte Carmelo/MG - CNPJ Nº 22.604.896/0001-50** |
| **EMPRESA** | **CNPJ N°** |

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N°. ____/2026

O **DMAE DE MONTE CARMELO/MG**, inscrito no CNPJ Nº 22.604.986/0001-50, neste ato representado pela Sr. Wilson Dornelas Rodrigues, diretor geral designada ordenador de despesas, nomeado pela portaria 14.343 de 08 de janeiro de 2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ___/2026, publicada em / /2026, processo administrativo n.º ___/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.621 de 04 de abril de 2023, Decreto Municipal nº 2.501 de 27 de dezembro de 2021, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de

pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública do Município de Monte Carmelo/MG, Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023, que regulamenta o sistema de registro de preços no Município, Decreto Municipal nº 2727, de 21 de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE COLETAS E ANÁLISES LABORATORIAIS NAS CAPTAÇÕES E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), PRONTO SOCORRO/HOSPITAL MUNICIPAL, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), ATERRO SANITÁRIO E DEMAIS PONTOS, SOB RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO MG, especificado no Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº ___/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a ata de julgamento e as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item | Especificação | Und | Qtde | Valor Un | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.2.1. A listagem do cadastro de reserva deve obedecer a ordem prevista no Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será o **DMAE DE MONTE CARMELO/MG**

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e ou entidades públicas participantes do registro de preços.

## 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.2.3. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

### 4.3. Dos limites para as adesões

**4.3.1.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.3.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.4. Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

[1] ***Nota Explicativa**: O artigo 84 da Lei 14.133 fixa o prazo de 1 (um) ano para a ata de registro de preços, admitindo a prorrogação por igual período.*

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a aquisição ou contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a aquisição ou contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação ou aquisição mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade

gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Art. 29 Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023)

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 6º do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 7º do Decreto Municipal nº 2.642, de 14 de junho de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ..... de ..... de 2026, em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Órgão Gerenciador: **DMAE DE MONTE CARMELO/MG**

Wilson Dornelas Rodrigues – Diretor Geral

**CONTRATADA**

Anexo da Ata de Registro de Preços

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Item | Especificação | *Marca (se exigida no edital)* | *Modelo (se exigido no edital)* | Unidade | Q. Máxima | Q. Mínima | Valor Un | *Prazo garantia ou validade* |
| | | | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Item | Especificação | *Marca (se exigida no edital)* | *Modelo (se exigido no edital)* | Unidade | Q. Máxima | Q. Mínima | Valor Un | *Prazo garantia ou validade* |
| | | | | | | | | |

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CNPJ 22.604.896/0001-50
- AUTARQUIA DE UTILIDADE PÚBLICA –
Fone PABX (34) 3842-2595
Av. Olegário Maciel, 480 - CEP 38.500.000 – Monte Carmelo - Minas Gerais

# DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Monte Carmelo, 31 de julho de 2026.

**Órgão**: DEPARTAMENTO MUNICIAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO.

**Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento)**: Setor de tratamento água, tratamento de esgoto e aterro sanitário.

**Responsável pela demanda:** Amós Vilela Prado e Natália Miranda Goulart

**E-mail:** amosdmae@hotmail.com e natalia@dmae.montecarmelo.mg.gov.br

**Telefone:** (34) 3842-2595

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para realização de coletas e análises laboratoriais nas captações e estações de tratamento de água (ETA), pronto socorro/hospital municipal, estação de tratamento de esgoto (ETE), aterro sanitário e demais pontos, sob responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo MG.

**Justifica da necessidade da contratação:**

Estas análises ora contratadas, visam comprovar e monitorar a qualidade e potabilidade da água tratada e fornecida à população de Monte Carmelo MG pelo DMAE. Sendo o DMAE responsável por este serviço, prezando por sua qualidade e continuidade, atendendo às exigências da Portaria GM/MS n°888, de 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde, Resolução CONAMA nº 357 Artigo 15, de 17 março de 2005. Visam ainda comprovar e monitorar o adequado tratamento dos esgotos sanitários, bem como garantir a manutenção da qualidade dos corpos hídricos, do meio ambiente e da saúde pública em conformidade com a Resolução CONAMA nº 357 Artigo 15, de 17 Março de 2005, Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG N°1, Artigo 14, de 05 de Maio de 2008, Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG N°8, Artigo 16, de 21 de Novembro de 2022 e Deliberação Normativa Conjunta COPAM-CERH/MG N°8, Capítulo V – Seção I – Artigo 32 § 4°, de 21 de Novembro de 2022.

Atualmente os laboratórios do DMAE, realizam algumas análises, porém não abrange a lista exigida pelas legislações. Além disso, os laboratórios do DMAE não possuem a certificação pelo Inmetro. Desta maneira, existe a necessidade da contratação de uma empresa terceirizada especializada que possa realizar esse serviço, a fim de que o DMAE esteja plenamente em conformidade com as normativas legais e regulatórias vigentes, garantindo a qualidade da água e do efluente tratado e a preservação do meio ambiente, bem como a saúde pública.

**Descrição e quantidades:**

| Item | Qtde Análise | Unidade | Frequência | Descrição |
|---|---|---|---|---|
| 01 | 6 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 1. |
| 02 | 36 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 2. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 03 | 32 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021,** conforme especificado na Tabela 3. |
| 04 | 216 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021,** conforme especificado na Tabela 4. |
| 05 | 08 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises de subprodutos da desinfecção que representam risco a saúde, de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**,conforme especificado na Tabela 5. |
| 06 | 12 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 6. |
| 07 | 12 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 7. |
| 08 | 24 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 8. |
| 09 | 132 | Amostra | Mensal | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 9. |
| 10 | 02 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 10. |
| 11 | 02 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 11. |
| 12 | 04 | Amostra | A definir | Parâmetros para análises em água tratada de acordo com a **PORTARIA GM/MS Nº 888, 04 DE MAIO DE 2021**, conforme especificado na Tabela 12. |
| 13 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS RIO PERDIZES (MONTANTE E JUSANTE) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2**, conforme especificado na Tabela 13. |
| 14 | 12 | Amostra | Trimestral | Parâmetros para ANÁLISES BIMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS RIO PERDIZES (MONTANTE E JUSANTE) de acordo com **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2**, conforme especificado na Tabela 14. |
| | | | | Parâmetros para análises BIMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS CÓRREGO MUMBUCA (montante e jusante) de acordo com a |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 15 | 12 | Amostra | Bimestral | **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022 – águas classe 2.** , conforme especificado na Tabela 15. |
| 16 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM ÁGUAS SUPERFICIAIS CÓRREGO MUMBUCA (montante e jusante) de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005, DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM/CERH-MG N.º 8, ARTIGO 16, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 16. |
| 17 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM CHORUME (bruto e tratado) **deliberação normativa conjunta copam-cerh/mg nº 8, capítulo V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 17. |
| 18 | 12 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises bimestrais EM CHORUME (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 18. |
| 19 | 04 | Amostra | Semestral | Parâmetros para análises SEMESTRAIS EM EFLUENTE DA ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 19. |
| 20 | 12 | Amostra | Bimestral | Parâmetros para análises BIMESTRAL EM EFLUENTE da ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (bruto e tratado) **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 20. |
| 21 | 02 | Amostra | Semestral | Parâmetro para análise SEMESTRAL EM LODO DE REATOR (UASB) ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, CAPÍTULO V - SEÇÃO I - ART. 32 § 4°, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 21. |
| 22 | 01 | Amostra | anual | Parâmetros para análises ANUAL EM POÇOS SUBTERRÂNEOS – PIEZÔMETROS ETE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 22. |
| 23 | 01 | Amostra | Anual | Parâmetros para análises ANUAL EM POÇOS SUBTERRÂNEOS – PIEZÔMETROS ATERRO SANITÁRIO **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH/MG Nº 8, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022,** conforme especificado na Tabela 23. |
| 24 | 04 | Amostra | À definir | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 24. |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 25 | 10 | Amostra | À definir | Parâmetros para análises em água bruta de acordo com a **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, ARTIGO 15, DE 17 DE MARÇO DE 2005. ÁGUAS DE CLASSE 02,** conforme especificado na Tabela 25. |

**Prazo de Entrega/Execução:** Mensal.

**Local de Entrega/Execução:** Conforme especificado no TR.

**Prazo para pagamento:** Em até 30 dias após emissão da NF.

Amós Vilela Prado
**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DFD**
**CHEFE DO SETOR**

Natália Miranda Goulart
**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DFD**
**CHEFE DO SETOR**